

Visão APSEF

A revista que acompanha você

Entrevista

Professor da FGV, Frederico Lustosa, fala sobre a máquina pública federal e analisa o cenário eleitoral de 2010 e a situação dos aposentados brasileiros



Serviço público

Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho. Vale a pena optar?



Artigo

País envelhecendo: população jovem diminui desde 2004



Mercado de Trabalho

Cresce a participação feminina no mundo corporativo e no campo político



O mundo celebra neste mês de março o centenário da instituição do Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Uma data marcada pela luta de tecelãs norte-americanas por melhores condições de trabalho e que morreram durante uma manifestação na qual acabaram trancadas dentro de uma fábrica que terminou incendiada.

Em cem anos, a luta feminina passou pelo direito ao voto, pela equiparação dos salários das mulheres aos dos homens, pelo combate ao preconceito, à submissão e à violência sexual.

Ainda hoje persistem os tratamentos desiguais, tanto no posicionamento social quanto no mercado de trabalho. Mas também é notório que os tempos são outros, as conquistas ocorreram em escala progressiva e cada vez mais a ascensão feminina em um universo que já foi dominado por homens vem alcançando maior amplitude em todas as áreas.

É possível que, no âmbito da APSEF, jamais o tema mulher tenha sido tratado com algum tipo de relevância especial. Talvez porque a associação é liderada por uma mulher desde a sua fundação. Mulheres formam a maioria no quadro dos associados, e sempre ocuparam a maioria dos assentos no Conselho Executivo. A competência, o engajamento e o compromisso com as causas que defendemos estiveram sempre acima de eventuais diferenças de gênero, fazendo com que a

ocupação de espaços na entidade sempre tenha ocorrido de forma absolutamente natural.

Da mesma forma, e em pleno Século XXI, é com igual naturalidade que as mulheres vem ocupando espaço não somente pelo embate dos sexos, que abre este ou aquele espaço, mas simplesmente porque são capazes, competitivas, eficientes e recebem o justo reconhecimento da sociedade.

Zilda Arns não precisou superar homem algum para desenvolver um trabalho social de projeção internacional. Dilma Rouseff e Marina Silva surgem como candidatas com chances reais de alcançar a Presidência da República sem empunhar a bandeira do sexo frágil. A alemã Angela Merkel, a chilena Michelle Bachelet e a argentina Cristina Kirchner já chegaram lá. Hillary Clinton deixou de ser a ex-primeira dama dos Estados Unidos para assumir o mais importante cargo da diplomacia norte-americana. Não são apenas mulheres agora ocupando postos outrora masculinos, mas pessoas que vencem e venceram pelo mérito e esforços individuais.

Buscando captar um pouco desse mundo cada vez mais equânime, Visão APSEF reverencia as mulheres, no mês em que as homenagens são a elas dirigidas. E, desta vez, com uma inédita, mas ainda natural, relevância que o assunto requer.

Boa leitura!

Visão APSEF

Ano 3 • Nº 5 • Março 2010

Uma publicação da



PRESIDENTE

Maria Cecília Soares da Silva Landim

VICE-PRESIDENTE DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PATRIMÔNIO

Margarida Maria Gonzaga Pereira

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Maria Benedita Ewerton de Sá

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS ASSISTENCIAIS

Maria Eduvirgem Simas Pereira

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS SÓCIO-CULTURAIS

Tania Maria Teixeira

CONSELHO FISCAL

Arthur Oscar Franco de Sá

Priscila Maria Lima Hipólito

Terezinha da Assunção Gomes Alves

Endereço:

SCN Qd. 02, Bloco D, Torre B, Salas 225/227

Edifício Liberty Mall - Brasília/DF

Cep. 70712-903

Telefone: (61)3034-3983/3037-9072

E-mail: presidencia@apsef.org.br

Site: www.apsef.org.br

Revista Visão APSEF

Edição e Coordenação:

Cecília Resende (DF 03344JP)

Reportagem: Bruna Lima

Projeto gráfico e diagramação: Pablo Rodrigues

Conselho Editorial

Maria Cecília Landim

Edson Teramatsu

Cecília Resende

Impressão: LGE

04 Mulheres do mundo

Participação feminina cresce no mercado de trabalho

**08 Serviço Público**

MP 479 possibilita a escolha pela Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

11 Entrevista**Frederico Lustosa**

Professor da FGV fala sobre funcionalismo, reajustes salariais, gratificações, carreiras, e outros.

16 Aposentadoria Especial

Benefício para servidores que trabalham em situações de insalubridade e de periculosidade

18 Artigo**Einstein F. de Camargos**

Vitaminas para retardar o envelhecimento: fatos e mitos

20 Imposto de renda

Senado aprova isenção extra para maiores de 60 anos

22 Gripe H1N1

Ministério da Saúde divulga estratégia nacional de enfrentamento da segunda pandemia

23 Saúde

Mais vulneráveis ao forte calor, idosos são presas fáceis da desidratação

26 Artigo**Antonio Machado**

País envelhecendo: população jovem diminui desde 2004

30 Notas

Mulheres do mundo

Participação feminina cresce no mercado de trabalho, ocupando posições de destaque no mundo corporativo e no campo político



Angela Merkel, Sheila Bair e Indra Nooyi. Em comum elas compartilham do prazer e da responsabilidade de fazerem parte do ainda seleto grupo de mulheres que alcançaram o poder, a visibilidade, a credibilidade e o sucesso em carreiras tradicionalmente masculinas. Elas são, respectivamente, a chanceler alemã, a presidente da Corporação Federal de Seguros de Depósito (FDIC) e a diretora-executiva de PepsiCo, e foram citadas na lista das 10 Mulheres Mais Poderosas do Mundo em 2009, publicada pela Forbes, revista de economia, finanças e negócios norte-americana. A notória ascensão é uma tendência mundial e retrata, ainda tímido, o desejo pela igualdade de gêneros.

No Brasil, a situação é semelhante. Nos últimos 30 anos, as mulheres aumentaram sua presença em ocupações masculinas, conforme demonstra estudo da pesquisadora Regina Madalozzo. Comparando os dados das Pnads (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE) quanto ao percentual de mulheres em 21 ocupações entre os anos de 1978 e 2008, a pesquisadora constatou que, no Direito e na Medicina, por exemplo, as mulheres já representam quase metade dos profissionais atuantes na área. No final da década de 70, menos de um quinto dos advogados e médicos era mulheres.

Outro bom exemplo de inserção feminina no mundo corporativo dos homens é a Engenharia que, embora seja uma carreira predominantemente masculina, também registrou crescimento no número de profissionais mulheres. Em três décadas, o aumento foi de 6%, passando de 5% em 1978, para 11% em 2008. Simone Ataíde Bezerra, engenheira civil, 29 anos, é uma das que enfrentaram o desafio de ingressar nesse mundo machista. Ela conta que, durante a faculdade, demorou muito a



AS 10 MULHERES MAIS PODEROSAS DO PLANETA EM 2009, SEGUNDO A REVISTA AMERICANA FORBES:

1. **Angela Merkel**, chanceler alemã
2. **Sheila Bair**, presidente da Corporação Federal de Seguros de Depósito (FDIC)
3. **Indra Nooyi**, diretora-executiva de PepsiCo
4. **Cynthia Carroll**, diretora-executiva da Anglo American
5. **Ho Ching**, diretora-executiva da Temasek
6. **Irene Rosenfeld**, diretora-executiva da Kraft Foods
7. **Ellen Kullman**, diretora-executiva da DuPont
8. **Angela Braly**, diretora-executiva da WellPoint
9. **Anne Lauvergeon**, diretora-executiva da Areva
10. **Lynn Elsenhans**, diretora-executiva da Sunoco

***Michelle Obama**, primeira-dama dos Estados Unidos, consta na lista pela primeira vez. Ela ocupa o 40º lugar, à frente da **Rainha Elizabeth 2ª** (42º) e da apresentadora **Oprah Winfrey** (41º).

*A presidente da Argentina, **Cristina Kirchner** aparece em 11º enquanto a chefe de Estado do Chile, **Michelle Bachelet**, ocupa a 22ª posição.

conseguir uma vaga em estágio porque os selecionadores preferiam os homens.

Hoje, como analista de orçamento de obra de rodovia do DNIT, ela é reconhecida, assim como suas colegas de profissão, por ser mais cuidadosa, dedicada e pechincheira que os homens. “Fora as dificuldades que enfrentei no início para conseguir o primeiro emprego, não posso reclamar. Mesmo nas grandes obras em que trabalhei nunca tive nenhum tipo de problema. Imponho respeito com educação e humanismo”, explica.

E o aumento da participação feminina no mercado de trabalho não se dá apenas nestas profissões. Em quase todos os segmentos há registro de mulheres em cargos de destaque e chefia. Elas ocupam postos nos tribunais superiores, nos ministérios, no topo de grandes empresas, em organizações de pesquisa de tecnologia de ponta, pilotam jatos, comandam tropas, perfuram poços de petróleo.

Elas ocupam postos nos tribunais superiores, nos ministérios, no topo de grandes empresas, em organizações de pesquisa de tecnologia de ponta, pilotam jatos, comandam tropas, perfuram poços de petróleo.

Estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), intitulado Mulheres no mercado de trabalho: medindo progressos e identificando desafios, revela que a taxa de participação feminina no mercado cresceu de 50,2% para 51,7% entre 1980 e 2008. No mesmo período, o índice masculino caiu de 82% para 77,7%. Os maiores avanços foram sentidos na América Latina e no Caribe.

De acordo com analistas, o aumento pode ser atribuído à emergente valorização da conduta feminina ante os desafios do mundo corporativo: capacidade de trabalho

em equipe em oposição ao antigo individualismo; persuasão no lugar do autoritarismo; e cooperação em substituição à competição. Além desses valores, o mercado tem se interessado também pelo superior grau de instrução das mulheres em relação aos homens. Elas, por estudarem mais, têm abocanhado cargos cada vez mais altos.

CONTRAPARTIDA DEFASADA

A remuneração, no entanto, não acompanhou o avanço registrado no número de mulheres atuantes no mercado de trabalho mundial. Dados tabulados a partir da Pnad de 2008 mostram que, de um total de 61 ocupações analisadas, em apenas seis o rendimento das mulheres por hora de trabalho superava o dos homens. Mesmo em profissões em que a participação masculina é inferior a 20%, como o secretariado, o rendimento delas é, em média, menor.



Segundo estudo do Fórum Mundial de Economia de Genebra (2008), o Brasil ocupa a 100ª posição entre 130 economias no índice de desigualdade salarial entre homens e mulheres. De acordo com a publicação, que mistura estatísticas de outras entidades, as mulheres receberiam até 42% a menos que os homens por trabalho similar no país.

Mas essa realidade não é demérito apenas do Brasil. Num contexto global, de acordo com a UNICEF, embora as mulheres representem 66% do trabalho do mundo e produzam 50% dos alimentos, elas recebem salários 17% inferiores em relação aos dos homens.

Nos Estados Unidos, o presidente Barack Obama assinou, no início do ano passado, a Lei Lilly Ledbetter, que prevê a igualdade de salários entre homens e mulheres. Lilly Ledbetter, que dá nome à Lei, era supervisora da fábrica de pneus da Goodyear Tire & Rubber, em Gadsden, no Alabama. Pouco antes de se aposentar, ela descobriu que, durante 15 anos, a empresa lhe pagou 40% menos do que aos homens que exerciam a mesma função e resolveu processar a empresa. A Suprema

Corte dos EUA recusou, por 5 votos a 4, o pedido de indenização de 360 mil dólares, alegando que ela demorou tempo demais para iniciar o processo. Pela legislação americana, os trabalhadores têm 180 dias a partir da ocorrência da discriminação para abrir um processo.

A lei promulgada por Obama suprime essa decisão e facilita os processos judiciais em casos de discriminação sobre salários relacionados à idade, sexo, raça, religião ou país de origem.

O MODELO BRASILEIRO

A senadora Serys Slhessarenko (PT – MT) apresentou projeto de lei que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para au-

mentar o valor da penalidade administrativa aplicável ao empregador que viole a obrigação de igualdade salarial entre os sexos.

A proposta, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), estabelece multa no valor de duas a vinte vezes o salário da trabalhadora prejudicada, elevando-se o valor em 50% em caso de reincidência.

A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE

A questão ideológica que cerca o simbolismo da lei assinada por Barack Obama e o projeto de lei apresentado pela senadora Serys Slhessarenko está diretamente ligada ao avanço das discussões sobre a difícil construção da equidade de gêneros.

Os números revelados pelas pesquisas são lamentáveis, mas já existem avanços a comemorar e personagens a serem destacadas, a exemplo de: Eliete Bouskela, médica, professora e pesquisadora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tornou-se a primeira mulher brasileira a ocupar uma cadeira na Academia Francesa de Medicina. Joênia Batista de Carvalho, nascida em uma aldeia de índios wapichana, no interior de Roraima, enfrentou um duplo preconceito e foi a primeira advogada índia do Brasil, além de ser considerada uma das lideranças mais populares e respeitadas do país. Solange Cruz Bichara Rezende é a presidente da escola de samba paulista, Mocidade Alegre, e trabalha num ambiente tradicionalmente masculino. No carnaval de 2009 viu sua escola se consagrar campeã.

Solange Cruz Bichara Rezende



MARÇO 2010: 100 ANOS DA CRIAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Mulheres em todo o mundo comemoram este mês o centenário do Dia Internacional da Mulher. A data foi estipulada durante a primeira Conferência Internacional da Mulher em Copenhagem, na Dinamarca e, a época, configurava um grito feminino pelo direito ao voto e a melhores condições de trabalho, entre outras reivindicações. Hoje, apesar dos avanços registrados nesses últimos 100 anos, o dia 8 de março continua cercado de muita contestação aos padrões machistas impostos pela sociedade.

Às mulheres que enfrentam hoje os desafios da dita “tripla jornada”, fica o exemplo de quem, já na década de 70, lutou com determinação e coragem contra o preconceito e a conduta social de subjugação do sexo feminino. “Trabalhei muito na minha juventude. O dinheiro era sempre bem-vindo ao orçamento de casa, mas isso não me eximia das obrigações domésticas. Trabalhava o dia inteiro e à noite tinha que arrumar a casa, fiscalizar as tarefas escolares dos filhos, fazer o jantar e aguardar meu marido com cara de paisagem. Mas nem assim eu desisti de ser uma mulher independente e realizada profissionalmente”, orgulha-se a aposentada Marta Cristina Silva Albernaz, 60 anos.



Direito de opção:

Carrreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

Por Maria Cecília Landim

Em dezembro de 2009, por intermédio da Medida Provisória nº 479, o Governo assegurou aos servidores do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego e Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, o direito de opção para a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho.

Os respectivos órgãos de Recursos Humanos divulgaram orientações quanto aos procedimentos que

deveriam ser adotados por aqueles que desejassem fazer a opção, inclusive encaminhando o termo que deveria ser assinado pelos aposentados e pensionistas.

Mesmo com tais medidas, persistem as dúvidas por parte dos servidores. Inúmeros associados têm recorrido a APSEF em busca de esclarecimentos quanto ao prazo para a sua manifestação, assim como para uma tomada de decisão segura, que lhe garanta a melhor composição remuneratória.

Buscando auxiliar os servidores interessados diretamente nesta questão, analisamos a seguir os principais aspectos contidos na MP nº 479:

LIMITE DO PRAZO PARA OPÇÃO

O prazo concedido para tal opção foi estabelecido, nos exatos termos do art. 34 daquela MP, a seguir transcrito:

“Art. 34. A opção de que trata o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.355, de 2006, poderá ser realizada até sessenta dias após a publicação da lei resultante da conversão desta Medida Provisória, gerando efeitos financeiros a partir da data de formalização do termo de opção constante do Anexo XXV desta Medida Provisória.” (...)

Cabe esclarecer que, por regra geral, MP vigora por 90 dias, podendo ser prorrogada por mais 60 dias.

No caso da MP 479, o prazo de 90 dias já foi ultrapassado, sendo que a mesma já foi prorrogada, em 24/03/2010, por mais 60 dias, pelo Ato nº 9 do Presidente do Congresso Nacional. Considerando que durante este novo prazo, a mesma deverá ser aprovada e a lei de conversão publicada, é possível estimar que o prazo da opção, provavelmente, se estenderá até o final do mês de junho próximo.

EFEITOS FINANCEIROS DA OPÇÃO

Os efeitos financeiros vigoram a partir da assinatura do TERMO DE OPÇÃO, devendo assim o associado exercer esse direito para garantir a melhoria salarial decorrente do ingresso na nova carreira, inclusive, se beneficiando com o reajuste previsto para 01/07/2010.

PARCELAS FIXAS ESPECÍFICAS DA NOVA CARREIRA

A Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho é composta de:

- Vencimento ou Provento
- Adicional por Tempo de Serviço (ATS) – calculado sobre o novo vencimento da carreira
- Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – GDPST, no percentual de 40% para os aposentados.

PARCELAS QUE CONTINUARÃO A SER PAGAS

(garantidas quando da aposentadoria)

- Parcela Art. 184 – II da Lei 1.711 (20% da remuneração) – calculada sobre a nova remuneração
- VPNI – art. 62 da Lei 8.112 - mantido o mesmo valor pago
- Parcela assegurada por decisão judicial transitada em julgado, desde que vinculada à situação funcional. Exemplo: Bial Judicial - mantido o mesmo valor pago.

As parcelas e gratificações pagas anteriormente, inclusive por decisão judicial ou administrativa, vinculadas ao antigo cargo não serão pagas, em conformidade com a regra contida e aceita pelo servidor, constante do Termo de Opção, conforme a seguir:

“Venho, nos termos do art. 34 da Lei nº XXXX de XX de XXXXXXXXXXXX de 2010, optar pelo enquadramento na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, renunciando a quaisquer parcelas de valores incorporados à remuneração por decisão administrativa ou judicial a vencer após o início da vigência dos efeitos financeiros deste Termo de Opção, particularmente as referentes ao adiantamento pecuniário previsto na Lei nº 7.686, de 2 de dezembro de 1988.

Declaro estar ciente de que a Administração Pública Federal levará a presente renúncia ao Poder Judiciário, e declaro concordar com os efeitos dela decorrentes.”



Exemplos - comparativos entre a situação atual
(Carreira Seguridade Social e Trabalho) e a opção pela Carreira PST:

Exemplo 1 - situação atual – Nivel Intermediario		
Carreira seguridade social e do trabalho		Classe S – padrão III
Parcelas	Jul-2009	Jul-2010
Provento básico	485,10	1.467,26
Anuênio-art.244,Lei 8112/90 ap	145,00	440,17
Grat.Ativ.Exec/GAE/Id 13 apo	776,16	0,00
GDasST-grat.Des.At.Seg.Soc.Trab.	90,60	90,60
GESST-grat.Esp.Seg.Soc.Trab.	206,00	206,00
Total de proventos	1.702,86	2.204,03

Opção pela nova carreira		
Carreira da previdencia, da saúde e do trabalho		Classe S – padrão III
Parcelas	Jul-2010	Jul-2011
Provento básico	1.604,75	1.923,11
Anuênio-art.244,Lei 8112/90 ap	481,42	576,93
GDPST – Lei 11784/2008 - apo	650,50	491,50
Total de proventos	2.736,67	2.991,54

Exemplo 2 - situação atual – Nivel Superior		
Carreira seguridade social e do trabalho		Classe S – padrão III
Parcelas	Jul-2009	Jul-2010
Provento básico	647,94	1.890,64
Anuênio-art.244,Lei 8.112/90 Ap	207,34	605,00
Grat.Ativ.Exec/GAE/Id 13 apo	1.036,70	0,00
GDasST-grat.Des.At.Seg.Soc.Trab.	206,40	206,40
GESST-grat.Esp.Seg.Soc.Trab.	206,00	206,00
Vant. Art. 184 Inc II Lei 1.711 (Se tiver)	460,95	581,60
Total de proventos	2.765,73	3.489,64

Opção pela nova carreira		
Carreira da previdência, da saúde e do trabalho		Classe S – padrão III
Parcelas	Jul-2010	Jul-2011
Provento básico	2.314,00	3.383,00
Anuênio-art.244,Lei 8112/90 ap	740,48	1.082,56
GDPST – Lei 11784/2008 - apo	1.667,00	1.133,00
Vant. Art. 184 Inc II Lei 1.711	944,29	1.119,71
Total de proventos	5.665,77	6.718,27

Maria Cecilia Landim: Administradora, servidora pública federal aposentada do Quadro de Pessoal do INSS e Presidente da APSEF

Frederico Lustosa

Em entrevista à revista VISÃO APSEF, o professor da FGV, doutor em Gestão e mestre em Administração Pública, fala sobre funcionalismo, reorganização de carreiras, reajustes salariais, gratificações e avaliação de desempenho. Também faz uma análise do cenário eleitoral de 2010 e da situação dos aposentados brasileiros.



Frederico Lustosa da Costa, professor titular da área de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, é doutor em Gestão pelo ISCTE em Lisboa, Mestre em Administração Pública (EBAPE, Rio de Janeiro) e em Ciência Política (Université Paris VII) e bacharel em Economia (UFC).

Visão APSEF: O governo está propondo uma nova agenda para o funcionalismo este ano. O objetivo é esvaziar todo e qualquer debate que envolva impactos financeiros e atacar questões estruturais, como a reorganização de carreiras, os mapeamentos estratégicos e as soluções voltadas para uma melhor gestão dos recursos humanos. Como o Senhor avalia essa estratégia?

Frederico Lustosa: Não sei se a idéia de uma nova agenda para a função pública é uma tentativa de esvaziar o debate so-

bre questões estruturais. Supostamente, uma “agenda” cuida justamente dessas questões estruturais, das quais vimos todos fugindo há muito tempo. O governo federal se ocupou da conjuntura através da política do arroz com feijão, do combate aos focos de incêndio. Assim, o interesse por um agenda nova é muito positivo. O problema é a oportunidade e a viabilidade dessa proposta ser apresentada por um governo em fim de mandato num ano eleitoral. Se a idéia for provocar a discussão, tudo bem. Serve para suscitar a reação dos

candidatos, para provocar manifestações sobre concepções de Estado e perspectivas com relação à função pública. Mas não podemos acreditar que vamos ter alguma decisão importante este ano. Nem pensar que qualquer proposta, por mais consistente que seja, possa ser levada em conta, integralmente, pelo próximo governo.

Visão APSEF: É possível crer em algum tipo de fortalecimento do funcionalismo sem que haja uma política de reajustes salariais, principalmente se considerarmos que os menores salários são pagos para as carreiras mais numerosas que, por outro lado, são aquelas que atuam nas principais áreas finalísticas do Estado (saúde, educação e segurança)?

“Mas não podemos acreditar que vamos ter alguma decisão importante este ano.

Nem pensar que qualquer proposta, por mais consistente que seja, possa ser levada em conta, integralmente, pelo próximo governo”

Frederico Lustosa: Essa é uma das questões mais complexas desse debate. Mas é melhor não misturar a política de reajustes (se é que já tivemos alguma), que diz respeito à reposição do poder de compra dos salários, com a política de remuneração das diferentes carreiras. Além do mais, é impossível pensar em tratamento isonômico (no sentido de uniformidade de políticas de remuneração) para carreiras tão diferentes quanto às dos trabalhadores da saúde, os educadores e demais colaboradores, e os policiais. Em primeiro lugar, coloca-se a questão da natureza de determinada função, de seu caráter de exclusividade. Há quem não goste dessa classificação – exclusivos ou não exclusivos do Estado -, mas é forçoso reconhecer que existem escolas e hos-

pitais privados, mas não existe polícia privada. E, nesse contexto, surgem duas questões fundamentais – a da jornada de trabalho e a da dedicação exclusiva. O médico e o professor podem trabalhar em hospitais e escolas privadas, mas devem cumprir integralmente sua jornada de trabalho no serviço público, com controle de frequência e cumprimento de carga horária. Por que não? Já para os policiais, essa questão não é tão evidente. Eles podem trabalhar para empresas privadas? O regime de 24 horas de trabalho por 48 de folga é o ideal? Se levarmos em conta a complexidade dessas questões, veremos como é difícil definir as políticas de remuneração e como é inviável tentar ter um tratamento uniforme para setores tão importantes e numerosos.

Visão APSEF: De forma pontual, o Governo possui algumas iniciativas baseadas na meritocracia, com o pagamento de gratificações vinculadas a avaliações de desempenho. Todavia, diversos servidores não possuem condições adequadas de trabalho, sobretudo nas áreas de saúde, educação, serviços sociais, e outras. Já é possível cobrar resultados e cumprimento de metas de forma justa no serviço público brasileiro?

Frederico Lustosa: Penso que estamos fazendo progressos nessa direção. Pelo menos hoje em dia, há uma consciência quase generalizada da necessidade de termos indicadores de desempenho. Quer dizer, quando alguém reivindica uma gratificação de desempenho, sabe que vai ter que dar alguma coisa em troca, que essa bonificação não é apenas um apelido a mais para uma melhoria salarial. Mas ainda, temos muito a avançar no desenvolvimento de tecnologias e mé-

todos de avaliação de desempenho, no varejo e no atacado. Ainda temos muita dificuldade de definir indicadores para avaliar unidades organizacionais e relacioná-los a metas programáticas, a objetivos de governo. Traduzir esses objetivos e metas, mal formulados, equívocos e imprecisos, em expectativas de desempenho de pessoas é ainda mais difícil. Mas, mesmo em condições de trabalho mais precárias, há diferenças de desempenho. Há no serviço público, sobretudo nas condições mais adversas, pessoas que colocam sua alma no trabalho, que tiram dinheiro do bolso, que resolvem problemas inimagináveis, que não deixam uma atividade ficar paralisada. São os nossos verdadeiros heróis. Temos que encontrar maneiras de premiá-las.

Visão APSEF: O Ministério do Planejamento tem monitorado o envelhecimento do funcionalismo público, e hoje a maior preocupação é evitar a descontinuidade de conteúdo ou a famosa “perda da memória institucional”. Atualmente, 54 mil servidores recebem o abono permanência e podem se retirar a qualquer momento. Nomear novos servidores concursados resolveria a transição ou deveríamos ter uma política mais ampla em relação à sucessão nas repartições?

Frederico Lustosa: Essa também é uma questão muito importante. Parte do estrago está feito há muito tempo e não temos como remediá-lo agora. Ficamos muitos anos sem renovar os quadros da Administração Pública na crença de que estávamos reduzindo o tamanho do Estado e aumentando a eficiência da Administração Pública. Reduzíamos o tamanho do Estado, diminuíamos a oferta de serviços públicos, perdíamos

a memória institucional e simulávamos eficiência com terceirizações. Felizmente, temos 54 mil servidores em abono de permanência. E quantos outros se aposentaram precocemente nos últimos 15 anos? E quantos deixaram de ser contratados nos anos noventa? Precisamos de uma política ampla, regular e consistente de renovação de quadros em todas as carreiras e repartições. Nos anos recentes, o governo teve que resolver problemas pontuais suscitados por carência de quadros em determinadas áreas e ajustes de conduta com o Ministério Público. Não deixa de ser uma forma de resolver o problema da transição, mas é necessário que se formule uma política de renovação e sucessão de quadros na Administração Pública.

Visão APSEF: Em sua opinião, os constantes questionamentos quanto aos gastos com a máquina pública ainda são devidos à imagem que a sociedade, em geral, tem do servidor público ou das condições do atendimento?

Frederico Lustosa: Um pouco, talvez. Mas muito menos do que nos anos noventa. Os governos Collor e Fernando Henrique lograram cristalizar uma imagem muito negativa do funcionalismo público. O presidente Collor criou a imagem simbólica dos marajás, espécie de parasitas de alto coturno que vivia às expensas do Estado. FHC e Bresser Pereira criaram

“Ficamos muitos anos sem renovar os quadros da Administração Pública na crença de que estávamos reduzindo o tamanho do Estado e aumentando a eficiência da Administração Pública”

uma teoria conspiratória mais sofisticada. Fizeram muita gente acreditar que a crise (fiscal) do Estado era fruto de uma conspiração liderada por ideólogos (estatistas) equivocados, políticos corruptos e funcionários gananciosos. Isso não quer dizer que não haja equívocos em determinadas corporações de servidores, que confundem direitos

com privilégios, que deixaram de reconhecer alguns equívocos do RJU. O servidor deve lutar pelos seus direitos, mas também deve contribuir para encontrar maneiras de financiá-los.

Visão APSEF: Como o Senhor observa a atuação das entidades associativas e dos sindicatos em defesa do funcionalismo público?

Frederico Lustosa: Acho fundamental. Todas as categorias têm o direito de se organizar e defender suas prerrogativas. Elas formam corporações legítimas. Ser parte de uma corporação não é nenhum pecado. É uma condição profissional que deve ser reconhecida e respeitada. O que é danoso, e infelizmente às vezes acontece, é colocar os interesses da categoria acima dos interesses da sociedade como um todo. Mas isso não vale só para os funcionários

públicos; vale para os metalúrgicos, para os médicos, para os professores.

Visão APSEF: Como avalia a tentativa de pisos salariais para algumas carreiras considerando as peculiaridades e a

situação financeira de cada Estado e Município?

Frederico Lustosa: É o velho pecado da busca de uniformidade e simetria. Uma coisa é o salário mínimo e o bolsa-família. Todos devem ter direito a uma remuneração digna pelo trabalho realizado e a condições mínimas de subsistência, em todo o território nacional (até para poder ingressar no mercado de trabalho, obtendo dignidade e informação). Outra coisa é o piso salarial. Ele deve e pode até existir, mas deve ser um piso mesmo, que torne possível o pagamento por todos os níveis de governo. Não se pode pagar da mesma maneira um professor em Pindamonhangaba, em São Paulo, e outro de Hidrolândia, no Ceará. São custos de vida e capacidades financeiras (gasto público per capita) inteiramente diferentes.

Visão APSEF: Como avalia a cultura atual do Brasil de não aproveitamento da expertise de aposentados, a exemplo do que acontece em outros países?

Frederico Lustosa: Não sei se há uma cultura arraigada nesse sentido. Talvez seja um campo onde seja possível investir e mudar com menos dificuldade. Mas reconheço que esse também é um tema muito complicado. Temos três problemas difíceis de resolver – o das aposentadorias precoces, o do aproveitamento de talentos e o da escassez de oportunidades de trabalho. Tem gente que está saindo do serviço público (e mesmo na iniciativa privada) e que poderia trabalhar mais cinco ou dez anos, num país onde ainda há escassez de alguns quadros mais qualificados. Tem gente que já saiu do serviço público há dois, três ou cinco anos e ainda faz falta nas repartições que tiveram de deixar.

“É preciso ter uma política clara e consistente de aproveitamento dos talentos dos aposentados para a qualificação das novas gerações. Mas também é preciso respeitar as preferências dessas pessoas que, muitas delas, talvez, prefiram empregar seu talento colaborando com instituições não governamentais”

São pessoas que, provavelmente, não querem voltar a dar expediente, mas que têm enorme potencial para transferir sua expertise. E tem muita gente na expectativa de entrar para o serviço público, esperando a abertura de concursos ou mesmo já aprovados em concursos abertos há mais de dois anos. A fila anda e é preciso abrir oportunidades para essa gente jovem. Então, a questão que se coloca é plenamente plausível. É preciso ter uma política clara e consistente de aproveitamento dos talentos dos aposentados para a qualificação das novas gerações. Mas também é preciso respeitar as preferências dessas pessoas pois, muitas delas, talvez, prefiram empregar seu talento colaborando com instituições não governamentais.

Visão APSEF: O cenário eleitoral de 2010 já está desenhado e projeta um duelo entre José Serra e Dilma Roussef. Talvez até em um eventual segundo turno. O que o servidor público pode esperar para o quadriênio 2011 a 2014 diante dessas duas alternativas?

Frederico Lustosa: Sei que estou falando para uma revista de servidores públicos, mas prefiro pensar que eles também são brasileiros e desejam o melhor para o Brasil. O que é bom para o Brasil é bom para os servidores públicos, pelo menos, do meu ponto de vista. Creio que os servidores públicos foram bastante apoiados e protegidos no governo Lula, pelo menos, se compararmos ao governo FHC. Neste momento, para além dos interesses corporativistas, o que interessa aos servidores e aos brasileiros em geral é resolver as questões estruturais da função pública já mencionadas. Queremos assistência universal e integral na área de saúde, educação de qualidade para todos e segurança efetiva. Para isso,

precisamos de servidores prontos, qualificados, bem remunerados e expeditos. Seja Dilma, seja Serra, seja Ciro ou seja Marina, não tenho a menor dúvida que não há perigo de retrocedermos nesse campo. A função pública será renovada e fortalecida. Nesse sentido, o atual governo sai com um saldo positivo, ainda que não tenha formulado aquelas políticas estruturais que a função pública continua a reclamar. Vamos trabalhar para que elas se tornem inescapáveis ao próximo governo.



Aposentadoria especial

Proposta do Governo Federal prevê benefício para servidores que tenham trabalhado em situação de insalubridade e de periculosidade

Dois projetos de lei complementar (PLP 554/10 e PLP 555/10) prometem regulamentar o que, comumente, vem sendo garantido via esfera judiciária: a aposentadoria especial para os servidores públicos. As propostas, encaminhadas ao Congresso Nacional pelos ministérios do Planejamento e da Previdência Social em fevereiro deste ano, se aprovadas, vão beneficiar as pessoas que trabalham ou tenham trabalhado sob risco ou em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física.

Para estes servidores, cujas atividades sejam exercidas com a efetiva e permanente exposição a agentes físicos, químicos, biológicos ou associação desses agentes (Inciso III), não há exigência de idade mínima, desde que comprove atuação de 10 anos de efetivo exercício e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

Os servidores que estão sujeitos a atividade que os expõem a risco contínuo - policiais, agentes de controle prisional, carcerário ou penitenciário e de escolta de preso (inciso II, artigo 40 da Constituição Federal) - poderão requerer a aposentadoria especial aos 25

anos de exercício, com cinco anos no cargo e 30 anos de tempo de contribuição. Os homens deverão ter 55 anos de idade e as mulheres, 50. Isso significa 5 anos a menos que os servidores que se aposentam sem o regime especial.

A PROVA DOS 9

Aos servidores de que trata o inciso III, expostos aos referidos agentes danosos à saúde e à integridade física, a comprovação desta situação ocupacional é obrigatória e deve se dar mediante documento emitido pelo órgão ou entidade em que as atividades do servidor foram desempenhadas. Prova apenas testemunhal ou com base no recebimento de adicional de insalubridade ou equivalente não serão admitidas, de acordo com a proposta do governo.

“Adicional de insalubridade ou de periculosidade não é benefício, mas uma indenização àqueles que estiveram efetivamente expostos aos riscos durante 25 anos”, define o coordenador-geral de Seguridade Social e Benefícios da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (SRH/MP), Sérgio Carneiro. “Afinal, a concessão desses adicionais não tinha uma padronização no serviço público. Muita gente recebeu sem estar de fato em contato com agentes nocivos ou sem estar exposta a ambientes insalubres”.

Segundo o coordenador-geral, essas regras são necessárias. “Hoje não temos como medir se essas condições existiam há dez anos. Como passaremos a aposentar pessoas que já estiveram expostas a esses agentes nocivos, a proposição feita pelo governo exige que seja comprovada a efetiva e permanente exposição a eles”, explica.

UMA BATALHA ANTIGA

O projeto de aposentadoria especial do servidor tramita hoje em regime de prio-

ridade, mas foi alvo de disputas judiciais há décadas, sempre favorecendo o funcionalismo. O volume de ações é tão grande que tribunais começaram a deferir mandado de injunção reconhecendo o direito ao benefício. A Advocacia Geral da União, ainda na gestão do ex-ministro José Antônio Dias Toffoli, chegou a cobrar formalmente do governo a regulamentação da matéria. O Sindifisco Nacional conseguiu, por exemplo, o mandado de injunção 1616, garantindo esse direito aos Auditores-Fiscais.

Para a presidente da Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal – APSEF, Maria Cecília Landim, a proposta de disciplinar a questão, embora não contemple todas as reivindicações da categoria, é um passo importante na luta pela valorização do funcionalismo. “Mesmo não abrangendo todas as situações de risco que enfrentam os servidores públicos, a aprovação das PLPs representará a conquista de uma aposentadoria **especial** para aqueles que arriscam sua saúde durante sua atividade funcional”, declara.

OS IMPACTOS

Segundo previsão das entidades ligadas à categoria a ser beneficiada, cerca de 80% de todos os servidores do Executivo Federal poderiam hoje requerer o direito à aposentadoria especial. O impacto previsto no sistema de previdência do funcionalismo promete agravar o déficit no pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores dos Três Poderes, incluindo os militares, que, em 2009, alcançou a marca recorde de R\$ 38,1 bilhões.

Adicional de insalubridade ou de periculosidade não é benefício, mas uma indenização àqueles que estiveram efetivamente expostos aos riscos durante 25 anos

Vitaminas para retardar o envelhecimento?



Fatos e mitos.

Quando eu era criança havia dois remédios que minha mãe sempre “prescrevia” ao menos uma vez ao ano: um vermífico e uma vitamina para evitar o “amarelão”. Necessariamente nessa ordem. Não que me desagradavam as frutas e verduras, mas segundo a minha mãe estava sempre brincando com pés descalços e comendo fora de casa. O “amarelão”, no caso, seria a consequência das verminoses e da anemia.

As vitaminas, descobertas no século passado, tornaram-se rapidamente sinônimo de energia, vigor, proteção e, mais recentemente, terapias anti-envelhecimento. No entanto, pesquisas científicas reconhecem alguns benefícios, mas incontestavelmente riscos dessas substâncias, outrora consideradas seguras.

As vitaminas são substâncias que atuam no organismo facilitando algumas reações químicas. Algumas vitaminas são solúveis em água, outras ficam depositadas na gordura corporal (K, A, D e E). Essas últimas atuam no organismo de modo mais elaborado através de

receptores, semelhante a um hormônio. Assim, seus riscos são maiores.

Começemos com a vitamina C, que possui sua imagem associada ao professor Linus Pauling e a um envelhecimento bem sucedido. Nosso mestre tomava em torno de 18 gramas de vitamina C diariamente. Quando apresentava alguma infecção aumentava a dose. Morreu aos 93 anos de idade numa época onde a expectativa de vida era menor que 50 anos. Assim, frivolumente associaram sua longevidade ao uso de vitamina C. Essa idéia prevalece até hoje. O fato é que a vitamina C, apesar de fundamental nas reações químicas sistêmicas e no processo de inflamação, não parece retardar a velhice. Ao contrário, doses elevadas podem aumentar a chance de formar cálculos renais por deixar a urina mais ácida ou prejudicar a absorção de outros elementos importantes.

A vitamina E, confirmada como um potente antioxidante, mostrou-se eficaz na redução dos radicais livres (“lixo” resultante do meta-

bolismo corporal e bastante danoso às células). No entanto, essas pesquisas são realizadas em condições de laboratório e com cobaias. Essa vitamina, utilizada em doses altas em humanos, demonstrou aumentar a chance de câncer e de hemorragia cerebral em pessoas susceptíveis. Não há comprovação de que a vitamina E evite a Doença de Alzheimer.

A vitamina A, também utilizada em associação com outros componentes, demonstrou aumento da fratura de ossos em pessoas que utilizavam esse suplemento em doses mais elevadas.

O complexo B, apesar de não ser lipossolúvel, mantém reservas importantes no organismo, o que torna desnecessário sua suplementação diária, exceto em situações clínicas especiais. A falta dessa vitamina causa enormes danos neurológicos ao organismo e sua deficiência é frequentemente observada em pessoas que abusam da bebida alcoólica ou fizeram cirurgias do estômago. Nesses casos, sua reposição deve ocorrer a critério médico e por via injetável na maioria das vezes.

Voltando ao caso da minha mãe, os complexos vitamínicos - que ela “prescrevia” - largamente utilizados pela população até hoje, possuem cerca de 100 a 150% a quantidade diária requerida pelo organismo. Existem poucos estudos científicos com essas medicações, visto que a quantidade e qualidade das vitaminas variam dentre as apresentações comercialmente viáveis.

Sabe-se hoje que o uso eventual de doses pequenas de vitaminas (polivitaminas) não acarreta grandes problemas ao organismo. No entanto, nunca devem ser utilizadas para compensar um fator de risco, como fumo, álcool, sedentarismo, etc. Doses altas de vitaminas devem ser evitadas e a supervisão de um médico é importante nessas situações.

Uma cápsula de vitamina não substitui uma boa alimentação ou um adequado estilo de vida. Vitaminas em cápsulas não contêm

elementos importantes, como fibras e ácidos graxos essenciais abundantes nos alimentos in natura. Sabe-se, porém, que essas vitaminas quando ingeridas na sua essência (através de frutas/verduras/leguminosas) são extremamente eficazes em reduzir a incidência de alguns tipos de cânceres, dentre eles o de intestino.

Recentemente, o Conselho Federal de Medicina estabeleceu resolução restringindo o uso de vitaminas, antioxidantes e minerais, bem como a prática da chamada medicina ortomolecular, por entender que já existem subsídios científicos para determinar malefícios com alguns tipos de vitaminas. Somado a isso, a terapia ortomolecular ainda não conseguiu provar seus benefícios.

Uma dieta rica em frutas, verduras e legumes fornece a quantidade mais que suficiente de vitaminas para se ter um bom funcionamento do organismo e uma vida saudável.

O professor Linus Pauling viveu muito. Pouco devido à vitamina C, mas muito em razão do seu altruísmo, na militância constante contra a Guerra Fria e suas armas nucleares e no desenvolvimento da ciência. Todas essas atividades e seus prêmios Nobel (o único no mundo a ganhar dois) foram suas verdadeiras vitaminas da longevidade.



Einstein F. de Camargos
Professor de Geriatria/UnB
Coordenador Médico do Centro de Medicina do Idoso/HUB/UnB,
Coordenador Médico da Clínica Vitallis (Geriatria e Gerontologia)

Uma folguinha a partir dos 60

PLS elimina a dualidade nos parâmetros usados na definição de idoso e diminui em cinco anos a idade mínima para isenção especial do IR

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, no dia 02 de março deste ano, em caráter terminativo, o projeto de lei (PLS 187/04) que prevê a isenção especial do Imposto de Renda para aposentados e pensionistas do serviço público, do INSS e militares com mais de 60 anos. A regra, que hoje vale apenas para

quem tem mais de 65 anos, estipula o dobro do teto atualmente praticado para os demais contribuintes, que é de R\$ 1.434,59. Na prática, isso significa dizer que, baseado na declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física ano-base 2009, por exemplo, quem ganhou até R\$ 34.430,16 no ano não pagaria Imposto de Renda.



senador César Borges (PR-BA), autor da PLS

A proposta ainda depende da apreciação na Câmara dos Deputados, mas já é aguardada com muita expectativa por aqueles que podem ser beneficiados. É o caso da aposentada Maria da Graça Rodrigues de Abreu, 63 anos. Segundo ela, a aprovação do projeto é uma questão de justiça, levando em consideração que as pessoas a partir dos 60 anos têm, na maioria das vezes, um aumento significativo nos gastos com saúde. “Contribuímos durante uma vida inteira. Nada mais justo que agora tenhamos esse tipo de isenção”, explica.

DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS

De acordo com o senador César Borges (PR-BA), autor da PLS, o objetivo da mudança é ajustar a legislação fiscal ao Estatuto do Idoso. “O estatuto elegeu como parâmetro a idade de 60 anos, mas não tratou da isenção fiscal devido ao fato de o tema exigir lei específica e exclusiva, segundo determina a Constituição”, lembra. O senador, no entanto, diz não fazer sentido a existência de um

parâmetro de idade para fins fiscais e outro para as demais finalidades.

Para justificar sua iniciativa, César Borges argumenta que a isenção parcial hoje prevista na legislação do imposto de renda tem por objetivo auxiliar o idoso nas necessidades da terceira idade. O relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), afirma que o projeto elimina a dualidade injustificada nos parâmetros usados na definição de idoso.

“Após sua conversão em lei, também para fins fiscais, idosa será a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos”, destacou Azeredo, ao apresentar seu relatório. A proposta foi aprovada com duas emendas do relator — uma de redação alterando a ementa da matéria e outra atualizando o limite de isenção de R\$ 1.058, previsto no projeto original, para R\$ 1.434,59, em conformidade com modificação recente na legislação.

Após sua conversão em lei, também para fins fiscais, idosa será a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos

Plenário do Senado Federal



Enfrentamento da segunda onda da pandemia Influenza A (H1N1)

A campanha de vacinação do Ministério da Saúde contra a Influenza A (H1N1) ocorre em cinco etapas, entre 8 de março e 21 de maio. Estão sendo vacinados trabalhadores da saúde, indígenas, gestantes, crianças de seis meses a dois anos incompletos (23 meses), população de 20 a 39 anos e doentes crônicos. O objetivo da ação não é evitar a disseminação do vírus, que já está presente em 209 países, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), mas manter os serviços de saúde funcionando e reduzir o número de casos graves e óbitos.

A expectativa é imunizar pelo menos 91 milhões de pessoas contra a gripe pandêmica, além da vacinação de 19 milhões de idosos contra a gripe comum. Uma parte das doses que estão sendo adquiridas contra a influenza pandêmica será reservada para o caso de haver alterações epidemiológicas ao longo do inverno.

CRONOGRAMA DE VACINAÇÃO DOS GRUPOS PRIORITÁRIOS

Grupos Prioritários	Data da vacinação
Trabalhadores da rede de atenção à saúde e profissionais envolvidos na resposta à pandemia	08/03 a 19/03
Indígenas	
Gestantes (mulheres que engravidarem após esta data poderão ser vacinadas nas demais etapas da campanha)	22/03 a 02/04
Doentes crônicos – veja lista abaixo (Idosos com doenças crônicas serão vacinados em data diferente, durante a campanha anual de vacinação contra a gripe sazonal.)	22/03 a 02/04
Crianças de seis meses a menores de dois anos	22/03 a 02/04
População de 20 a 29 anos	05/04 a 23/04
CAMPANHA NACIONAL DE VACINAÇÃO DO IDOSO Pessoas com mais de 60 anos vacinam contra a gripe comum. Aqueles com doenças crônicas também serão vacinados contra a gripe pandêmica.	24/04 a 07/05
População de 30 a 39 anos	10/05 a 21/05

ALGUMAS DOENÇAS CRÔNICAS PARA VACINAÇÃO

Os pacientes devem consultar o médico antes de tomar a vacina para esclarecer dúvidas e receber orientações

De 22 de março a 2 de abril

- Pessoas com grande obesidade (Grau III), incluídas atualmente nos seguintes parâmetros:
 - crianças com idade igual ou maior que 10 anos com índice de massa corporal (IMC) igual ou maior que 25;
 - crianças e adolescentes com idade maior de 10 anos e menor de 18 anos com IMC igual ou maior que 35;
 - adolescentes e adultos com idade igual ou maior que 18 anos, com IMC maior de 40
- Indivíduos com doença respiratória crônica desde a infância (ex: fibrose cística, displasia broncopulmonar)
- Indivíduos asmáticos (portadores das formas graves, conforme definições do protocolo da Sociedade Brasileira de Pneumologia)
- Indivíduos com doença neuromuscular com comprometimento da função respiratória (ex: distrofia neuromuscular)
- Pessoas com imunodepressão por uso de medicação ou relacionada às doenças crônicas
- Pessoas com diabetes
- Pessoas com doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) e outras doenças respiratórias crônicas com insuficiência respiratória crônica (ex: fibrose pulmonar, sequelas de tuberculose, pneumoconioses)
- Pessoas com doença hepática: atresia biliar, cirrose, hepatite crônica com alteração da função hepática e/ou terapêutica antiviral
- Pessoas com doença renal: insuficiência renal crônica, principalmente em doentes em diálise
- Pessoas com doença hematológica: hemoglobinopatias
- Pessoas com terapêutica contínua com salicilatos, especialmente indivíduos com idade igual ou menor que 18 anos (ex: doença reumática auto-imune, doença de Kawasaki)
- Pessoas portadoras da síndrome clínica de insuficiência cardíaca
- Pessoas portadoras de cardiopatia estrutural com repercussão clínica e/ou hemodinâmica:
 - Hipertensão arterial pulmonar
 - Valvulopatia
- Pessoas com cardiopatia isquêmica com disfunção ventricular (fração de ejeção do ventrículo esquerdo [FEVE] menor do que 0.40)
- Pessoa com cardiopatia hipertensiva com disfunção ventricular [FEVE] menor do que 0.40
- Pessoa com cardiopatias congênitas cianóticas
- Pessoas com cardiopatias congênitas acianóticas, não corrigidas cirurgicamente ou por intervenção percutânea
- Pessoas com miocardiopatias (Dilatada, Hipertrófica ou Restritiva)
- Pessoas com pericardiopatias.

Um perigo silencioso



Mais vulneráveis ao forte calor, idosos são presas fáceis da desidratação, um distúrbio que pode ser fatal

As águas de março já fecharam o verão, mas o brasileiro sabe que, apesar de linda, a letra de Tom Jobim não passa mesmo de poesia. No Brasil, o sol é intenso o ano inteiro e os cuidados com a hidratação devem ser constantes. Para quem já passou por muitas primaveras, essa conduta deve ser encarada como uma questão de sobrevivência.

Para se ter uma idéia da importância desse assunto, só no litoral paulista, por exemplo, 54 pessoas, entre 60 e 97 anos, morreram em decorrência da desidratação, provocada pelas altas temperaturas registradas nos meses de janeiro e fevereiro deste ano. Na Europa, no verão de 2003, mais de 35 mil morreram por causa do calor.

Um estudo, realizado pela Universidade de Ottawa, Canadá, e publicado na revista científica *Canadian Medical Association Journal*, explica porque os idosos se tornam vítimas fatais nesse contexto. De acordo com os pesquisadores, os indivíduos com mais de 60 anos são mais vulneráveis ao calor intenso e, por isso, o índice de morte pode aumentar de 82% a 92% em relação à



média nesta faixa etária, quando os termômetros ultrapassam os 25 graus. Ainda segundo o estudo canadense, os idosos levam

mais tempo para se recuperar de uma desidratação em relação a pessoas mais jovens, o que acaba por debilitá-los ainda mais.

O aposentado Manoel Soares Sobrinho, 68 anos, sabe bem disso. No ano passado, por conta de uma virose sazonal, ele acabou ficando desidratado. O resultado não poderia ser para ele mais desanimador: três dias internado sob cuidados médicos. Seu Manoel aprendeu pela dor o que pregam os geriatras em sua totalidade: “a água é o elixir da longevidade e o bom funcionamento do corpo humano está intrinsecamente

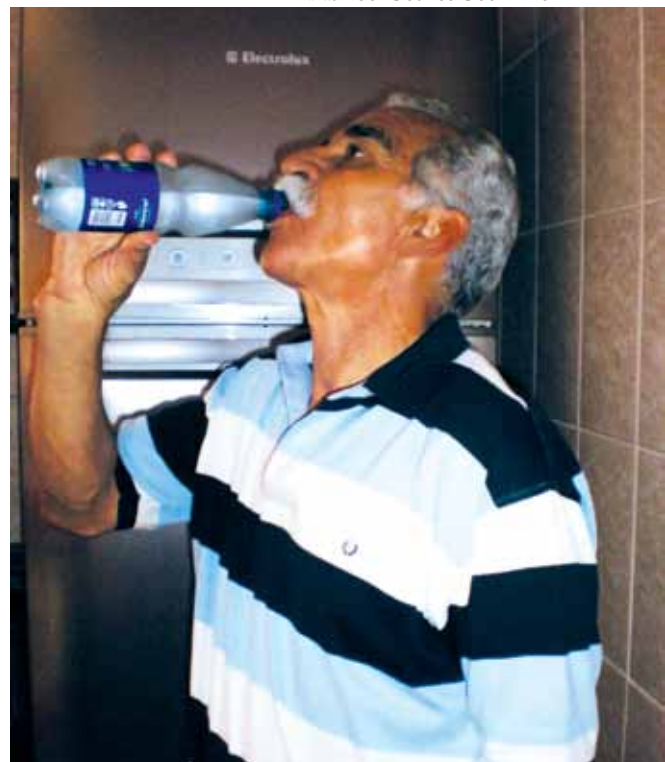
ligado a ingestão desse líquido, que é ao mesmo tempo tão simples e tão necessário para a manutenção da vida”, ressalta seu Manoel.

O aposentado sofreu com sintomas como fadiga, fraqueza, queda na pressão arterial, tonturas e confusão mental, mas

poderia ter desencadeado um quadro ainda pior. Segundo especialistas, a desidratação pode evoluir para o coma - já que as células do cérebro estão entre as mais propensas à desidratação - e provocar choque e lesões graves em órgãos internos como rins, fígado e cérebro, principalmente naqueles que já apresentam um histórico de doenças cardiovasculares e respiratórias.

Vale lembrar que o sol forte e as altas temperaturas não são os únicos vilões a serem combatidos na luta contra a desidratação. Segundo informações do Ministério da Saúde, “muitas vezes a desidratação está ligada à mudança de hábitos alimentares, exposição ao sol ou até mesmo consumo de água de má qualidade. Doenças como o diabetes e as enterocolites também podem levar à desidratação devido à grande perda de líquido. Um bom termômetro para saber como anda o corpo é olhar a cor da urina: se ela estiver escura, o idoso (ou qualquer pessoa) pode estar em processo de desidratação”.

Manoel Soares Sobrinho



“A água é o elixir da longevidade e o bom funcionamento do corpo humano está intrinsecamente ligado a ingestão desse líquido que é ao mesmo tempo tão simples e tão necessário para a manutenção da vida”

PREVENIR PARA NÃO REMEDIAR

De acordo com o clínico-geral, Arnaldo Lichtenstein, a perda de água ao longo dos anos faz parte do processo natural de envelhecimento. “Mas há outro complicador: mesmo desidratados, eles não sentem vontade de tomar água, pois os seus mecanismos de equilíbrio interno não funcionam muito bem”, explica o médico.

“Por isso, aqui vão dois alertas. O primeiro é para vovós e vovôs: tornem voluntário o hábito de beber líquidos. Por líquido entenda-se água, sucos, chás, água-de-coco, leite. Sopa, gelatina e frutas ricas em água, como melão, melancia, abacaxi, laranja e tangerina, também funcionam. O importante é, a cada duas horas, botar algum líquido para dentro. Lembrem-se disso! Meu segundo alerta é para os familiares: ofereçam constantemente líquidos aos idosos. Ao mesmo tempo, fiquem atentos. Ao perceberem que estão rejeitando líquidos e, de um dia para o outro, ficam confusos, irritadiços ou fora do ar, atenção. É quase certo que esses sintomas sejam decorrentes de desidratação. Líquido neles e rápido para um serviço médico”, alerta o Dr. Arnaldo Lichtenstein.



DICAS PARA MANTER-SE SEMPRE HIDRATADO

Beber muita água. Nos dias quentes o corpo perde mais líquidos e minerais, em consequência da elevação da temperatura corporal e transpiração excessiva, daí a importância de aumentar a ingestão de líquidos.

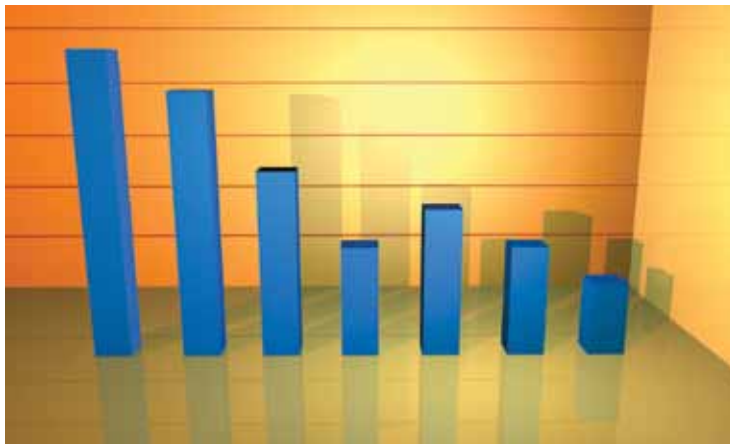
É desnecessário esperar sentir sede para beber água, pois este é um sinal de que o organismo está precisando de reposição hídrica. Quando as perdas são maiores do que a reposição, o organismo desidrata, o que ocasiona danos à saúde, em casos extremos, pode ser fatal.

O tratamento da desidratação leve pode ser feito através da simples ingestão de água natural. Bebidas isotônicas, formuladas para repor sais minerais, podem ser tomadas para evitar a desidratação ou tratá-la. Em casos de queda de pressão arterial levando ao choque, é comum a administração intravenosa de soluções que contém cloreto de sódio. É importante tratar as causas da desidratação, além da reposição de líquido.

Ingerir alimentos com baixas calorias e evitar os gordurosos.

**Fonte: Manual Merck Saúde para a família – Seção 12 – Distúrbios da Nutrição e do Metabolismo, Capítulo 136 – Equilíbrio Hídrico.*

País envelhecendo



População jovem diminui desde 2004. E entre 2020 e 2025 nós, brasileiros, vamos começar a encolher

A sociedade brasileira, não apenas a economia, está passando por transformações gigantescas ainda muito pouco compreendidas. O que vem à frente tem o impacto de uma revolução, e já está em curso.

A primeira constatação é do diretor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, Yoshiaki Nakano: desde 2004, a população jovem, com 15 a 24 anos, diminui em termos absolutos no país. Do pico de 35,1 milhões, chegou em 2009 a 33,9 milhões. Isso significa que a população começa a envelhecer. É algo não trivial.

A segunda está no acompanhamento sistemático das Nações Unidas da base de dados demográficos de cada país, que do Brasil é fornecida pelo IBGE — a mesma fonte da análise de Nakano. Entre 2010 e 2030, o

crescimento total da população em idade de trabalhar será de tão somente 20 milhões — 18,4 milhões, segundo a projeção filtrada na ponta do lápis pelo economista Markus Jaeger, do Deutsche Bank.

As duas análises estão relacionadas. Elas revelam um Brasil ainda pouco conhecido em formação. A redução da taxa de natalidade e a desaceleração do crescimento do número de jovens, ambas iniciadas na década de 1980, indicam que a população total, hoje de 192,57 milhões, vai começar a declinar entre 2020 e 2025, segundo Jaeger. A “janela de oportunidade” vai se fechar para o Brasil, diz ele.

População em queda é um fantasma que assombra a maioria do mundo desenvolvido. No Japão, Alemanha, Suíça, Rússia a mortalidade já é maior que a taxa de natalidade. Na

Itália, o Vaticano exortou as mulheres a que engravidem. Vários governos dão incentivos fiscais para famílias acima de dois filhos. É tema de segurança nacional.

Entre os ricos, só os EUA escapam dessa sequele do progresso – o desequilíbrio entre a taxa de jovens e a de velhos na sociedade –, graças ao enorme fluxo de imigrantes que recebe todos os anos.

A revolução demográfica em todo mundo já é o componente de maior relevância na formulação de políticas econômicas e sociais. Se, de um lado, o envelhecimento da população normalmente reflete melhora de condições sociais, especialmente educação, de outro, provoca um sem número de consequências. Cria demandas de saúde, pressiona os gastos orçamentários e, no limite, ameaça a renovação da riqueza.

No Brasil, não será diferente. Menos jovens implicam menor força de trabalho e, portanto, da massa de assalariados capaz de sustentar com suas contribuições a população aposentada. O plano de governo dos candidatos à sucessão do presidente Lula que ignora tamanhas consequências condenará os brasileiros a muito sofrimento.

POSITIVO, NO INÍCIO

De imediato, a transformação demográfica tem impactos positivos. Nakano registra que a incidência do desemprego é maior entre os jovens. Com a redução no excesso da oferta de trabalhadores, diz ele, a absorção passa a ocorrer com a geração de novos empregos formais e com aumento dos salários reais. Não foi por acaso que o salário real médio aumentou em torno de 6% ao ano de 2004 a 2008.

A análise de Nakano contextualiza a real influência das políticas econômicas e sociais do governo Lula, destacadas pelo aumento do nível absoluto do emprego e da renda. Tais políticas permitiram ampliar uma tendência de vinte anos, mas não surgiram com Lula.

BOMBA PARA SUCESSOR

Os bônus da população tendendo a encolher serão visíveis cada vez mais. Menos perceptíveis, de imediato, são seus males. A projeção atuarial da Previdência Social já os considera, mas suas receitas e benefícios continuam desalinhados. A situação se agravará quanto mais tempo passar. O presidente Lula sabe disso desde 2003, tanto que a reforma previdenciária foi um de seus programas essenciais.

Depois da reeleição em 2006, no entanto, relegou a prioridade por considerá-la aziaga politicamente, deixando a bomba ao sucessor. O candidato que se esquivar disso o fará por má-fé ou desinformação.

IGNORAR SERÁ RUINOSO

O problema não é o deficit atual, resultado de subsídios lançados indevidamente na conta do INSS, mas o deficit estrutural que vem do desequilíbrio atuarial, um fardo com dois finais: 1º, os jovens vão ter de contribuir mais para sustentar os benefícios atuais; e 2º, receberão muito menos quando chegar a sua vez. Os projetos que expandem os benefícios em discussão no Congresso levam a isso: a penalizar os filhos dos aposentados ou próximos a se aposentar.

A lista de consequências é ampla, como veremos amanhã. Por agora, a mensagem é que a política econômica que desprezar o incentivo ao aumento da produtividade na economia será ruínoza.

DESAFIO É PERMANENTE

Mais de uma vez se discutiu no país empinar as políticas públicas a partir da âncora demográfica, mas no passado com outra in-

“Menos jovens implicam menor força de trabalho e, portanto, da massa de assalariados capaz de sustentar com suas contribuições a população aposentada”

“O problema não é o deficit atual, resultado de subsídios lançados indevidamente na conta do INSS, mas o deficit estrutural que vem do desequilíbrio atuarial”

tenção: a do controle de natalidade, cogitada nos governos militares como ação para reduzir a pobreza. A taxa de natalidade é maior entre os grupos sociais de menor renda e instrução. Olhando-se para trás, o que se constata é que foi melhor para a sociedade que tais ideias não tenham prosperado. E não foram mais pelo entendimento de que o progresso social leva ao mesmo objetivo que pela oposição, entre outros grupos, da Igreja Católica, que ainda combate a legalização do aborto. O desafio demográfico agora é sério, porque permanente. E com efeitos lá na frente, mas que exigem ações tomadas desde já.

COMER SEM PLANTAR

A prosseguir a tendência de redução da natalidade, talvez em 15 a 20 anos, o prazo possível para o início de declínio da população no Brasil, o governo da época promoveu campanhas como a que está em curso na Rússia, onde o número de habitantes decresce desde 1995.

Mensagens subliminares enaltecendo as famílias jovens com filhos são constantes nas novelas, filmes e talk shows na TV russa. No metrô de Moscou há cartazes de uma mulher sorridente, três bebês no colo, sob o título: “O amor pela Mãe Terra [em alusão à Rússia] começa pela família”, citação do filósofo inglês Francis Bacon.

Estudo recente das Nações Unidas — o mesmo que projeta aumento da população em idade de trabalhar no Brasil, entre 2010 e 2030, de apenas 20 milhões —, indica que a população da Rússia vai diminuir de 142 milhões em 2008 para 116 milhões em 2050, se faltarem ações que revertam a tendência. O fenômeno é universal, mas tem impactos

diferenciados em termos de desenvolvimento por país e região.

Ao comparar a situação demográfica no bloco dos Bric, de Brasil, Rússia, Índia e China, os países emergentes em ascensão no mundo, o economista Markus Jaeger, do Deutsche Bank, encontrou riscos e oportunidades. Dos quatro, apenas a população da Rússia encolherá seguramente em termos absolutos nas próximas duas décadas.

Rússia, segundo Jaeger, está na fase cinco do modelo de transição demográfica, de declínio populacional, embora o primeiro-ministro Vladimir Putin tenha anunciado em fevereiro que a população russa cresceu em 2009 pela primeira vez em 14 anos. Ou parou de cair.

China, país mais populoso do mundo, tende a perder a posição para Índia. China e Brasil, segundo Jaeger, estão na fase quatro, com queda das taxas de natalidade e mortalidade e a população tendendo para a estabilidade. E Índia entrou no estágio três, com declínio da fertilidade, mas população ainda em crescimento relativo.

A variável relevante para a economia são as diferenças entre as projeções para a população em idade de trabalhar. De 2010 a 2030, na Índia, ela deverá aumentar 240 milhões, o equivalente a quatro vezes a população total da Inglaterra. No Brasil, como visto na coluna de ontem, o crescimento tende a pouco menos de 20 milhões — quase tanto quanto o projetado para a redução na Rússia.

VALOR DA PRESCIÊNCIA

Na China, os cenários demográficos indicam que em 2015 estará o pico da população de ingresso no mercado de trabalho, declinando gradualmente a partir daí. Em 2030, seria apenas 10 milhões mais que a atual — “mudança desprezível”, avalia Jaeger, para um país com 1,35/1,45 bilhão de habitantes, marca que Índia vai superar.

O aumento ou redução do ritmo de crescimento populacional não é, necessariamente, ruim. Depende da presciência dos governos em entender o fenômeno e antecipar políticas que previnam os males.

É menos grave que na Rússia, ex-rival dos EUA, onde a população encolhe e o senso de potência militar e o sentimento de xenofobia são fortes, além de extensa fronteira quase vazia com a China.

O MAU PASSO DO BRASIL

Num modelo de “dividendo populacional”, diz o economista Markus Jaeger, a variação absoluta da população importa menos que a taxa de dependência (TD), definida como a proporção dos que dependem, entre idosos e crianças, da população economicamente ativa (PEA).

Se a TD declina, a renda per capita cresce, ocorrendo o oposto, se ela aumentar. Obviamente, outros fatores influenciam a renda, como a estabilidade macroeconômica, o grau de desenvolvimento da indústria e a capacidade de a economia absorver aumentos da PEA.

Jaeger destaca o sucesso dos países do Sudeste da Ásia e da China na criação de empregos com o modelo de crescimento orientado pela exportação industrial em contraste com Brasil, nas décadas de 1960 a 1970, com a economia voltada para dentro — mais substituidora de importações que direcionada a exportar. Isso implicou a criação de mais empregos de baixa produtividade, típicos de serviços urbanos.

SEM SENSO DE URGÊNCIA

O problema sugere a solução: acelerar a produtividade do trabalho e do capital e aumentar a taxa de investimento, função do nível de poupança nacional. Tais condições estão em evolução no Brasil, mas aquém do necessário — tanto para avalancar o crescimento econômico sustentado, como preve-

nir o gap de renda devido à queda da taxa de natalidade. O governo tem tal diagnóstico, bem como os candidatos a sucedê-lo. Mas o ritmo das ações não convence, o papel do Estado continua confuso e falta senso de urgência aos partidos políticos.

A FÁBULA DA RIQUEZA

O grande óbice para o país superar seus problemas e deficiências é o tempo entre consumir e investir, segundo o ex-ministro Antonio Delfim Netto. A opção seria aumentar a produtividade, o que requer um nível de competência do Estado estranho à cultura da política.

O progresso tecnológico e a acumulação de capital precisariam ser acelerados como nunca, sobretudo frente ao encolhimento da curva demográfica — realidades ignoradas no Congresso, muitas vezes com a cumplicidade do governo. Priorizar a partilha, em detrimento da criação de riqueza, e o bem estar presente em desequilíbrio com os fluxos que poderão mantê-lo no futuro imediato são más políticas. Tais mazelas são discutidas no bastidor da sucessão presidencial. Não se sabe, porque atado à política, é o que poderá ser feito.

**Artigo reproduzido do Jornal Correio Braziliense*



Antonio Machado
é colunista dos jornais
Correio Braziliense,
Estado de Minas e
Jornal do Commercio.

Sal e doce - Uma disputa acirrada entre os itens que predispõem a doenças cardíacas

Na lista de inimigos do coração, o sal e o açúcar disputam, tranquilamente, o primeiro lugar. Dados do Ministério da Saúde reforçam: após os 55 anos, mesmo para pessoas com pressão arterial normal, as chances de desenvolver a hipertensão arterial são de até 55%. “A análise dos resultados desses estudos indicou que a ingestão de sal pode ter um efeito direto no risco de derrames e doença cardiovascular - uma diferença de 5g por dia na ingestão habitual de sal estaria associada a uma diferença de 25% na taxa de derrame e de 17% na taxa de doença cardiovascular total”, explica o cardiologista e fundador da ONG Rio Coração, Flávio Cure.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o valor diário do consumo de sal não deve ultrapassar 6 gramas, o equivalente a uma colher de chá rasa. Para quem já sofre de pressão alta, o limite é ainda menor, não podendo ultrapassar o valor de 4 gramas por dia.

O doce é outro perigo. De acordo com o cardiologista Edison Migowski, a relação entre o açúcar e o coração tem sua base na genética, principalmente. “Para indivíduos com uma predisposição genética para doenças do coração, o consumo exagerado de açúcar está associado ao desenvolvimento de doenças como o diabetes, hiperlipidemia (concentração elevada de gordura no sangue, principalmente triglicerídeos) e a síndrome metabólica (associação de fatores de risco como a hipertensão arterial, o aumento de colesterol, a hiperglicemia e o acúmulo de gordura intra-abdominal)”, afirma ele.

Proposta fixa em 65 anos a idade mínima para saque do FGTS

A Câmara analisa o Projeto de Lei 6609/09, do Senado, que reduz de 70 para 65 anos a idade mínima para o trabalhador ter direito a sacar o dinheiro em sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Atualmente, a legislação (Lei 8.036/90) autoriza o saque do fundo em diversas situações, como em casos de demissão sem justa causa, compra da casa própria, fechamento de empresa, aposentadoria pela Previdência Social e se o trabalhador ou algum de seus dependentes for portador de câncer.

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

28,86%

Em 1997 a APSEF ingressou com ações judiciais pleiteando o pagamento de valores devidos aos associados referente ao reajuste salarial de 28,86% do período de janeiro de 1993 a julho de 1998 (data do reconhecimento pelo Governo Federal do direito ao referido reajuste).

Transcorridos mais de 13 anos, finalmente será efetivado o pagamento judicial, a partir do próximo mês de abril, dos valores devidos aos associados que integram cerca de 12 ações de execução.

Para agilizar o pagamento, a APSEF está enviando correspondência informando os procedimentos a serem adotados junto a Caixa Econômica ou Banco do Brasil.

É bom lembrar que alguns associados, no período de tramitação na Justiça Federal dos respectivos processos, optaram pelo pagamento, por acordo administrativo, razão por que foram excluídos das citadas ações judiciais.

Reajuste 3,17%

Também em 1997 foram ajuizadas ações para o pagamento da diferença de 3,17% devida desde janeiro de 1995, obtendo ganho de causa, mas, sem que fosse procedido o pagamento dos valores devidos.

Recentemente, a APSEF se manifestou favorável ao acordo proposto pela Justiça Federal para o pagamento neste ano, correspondendo a cerca de 78% do valor apurado.

Correspondência nesse sentido já foi encaminhada aos associados beneficiados pelas ações.

Meta 2 do Judiciário – Resultado para as ações da APSEF

Conforme noticiado na Revista Visão APSEF – edição 04, o Poder Judiciário estabeleceu metas para serem alcançadas até o final de 2009, dentre elas, a Meta 2 que permitia o julgamento de processos distribuídos até 31/12/2005.

Das 45 ações ajuizadas no período de 1997 a 2005, 23 foram contempladas pela medida e se encontram em fase de julgamento, destacando-se as relativas a GDATA e demais gratificações que substituíram aquela gratificação.

Mitos e verdades que você precisa saber antes de escolher uma atividade física

1. A prática de exercícios físicos é fundamental, principalmente para quem já passou dos 50. Escolha a atividade que mais lhe proporcione prazer. Busque aquela que a deixe mais feliz, provoque mais risos e menos gemidos de dor.
2. A atividade física de alta intensidade pode e deve fazer parte da agenda. Principalmente com exercícios de sobrecarga, como por exemplo, a musculação.
3. Atividades aeróbicas como caminhar, correr e pedalar devem ser realizadas em conjunto com atividades anaeróbicas como saltos e fortalecimentos dos músculos, ou seja, na mesma semana.
4. Além de trazer benefícios à saúde física, estudos comprovam a relação entre a prática de exercícios físicos e a boa manutenção da memória.
5. Está comprovado. Exercícios com variação de movimentos e com estímulo de mudança, ou seja, que evitam a repetição são eficazes na melhora da autonomia.
6. As atividades físicas orientais como a Yoga e o Tai Chi Chuan, ao contrário do que parecem, são muito eficientes. Aparentemente lentas, essas atividades são muito importantes para os músculos, ossos, flexibilidade, coordenação e equilíbrio.
7. Não há melhor ou pior horário, faça no horário que melhor lhe agrade. Se puder, escolha os horários com menor temperatura.
8. A prática de atividade física regular ajuda na prevenção de muitas doenças crônicas degenerativas como diabetes, hipertensão, hipercolesterolemia e osteoporose.
9. Treinar com roupas escuras e quentes no calor não faz perder peso. Nesse caso, haverá somente perda de líquidos e não da gordura corporal, sendo uma prática perigosa podendo levar a desidratação.

*Fonte: Portal Mais de 50

Envelheci...

Envelheci...

*Quando um dia no valor que não me dei me perdi
Quando pesei mais no outro o olhar
Que para mim por instantes esqueci*

Envelheci...

*Quando pensei que conquistei quando recebi
Quando vi passar as horas
Sem que conhecesse o prazer de viver e dormi*

Envelheci...

*Quando nequei afeto e então senti
Quando o pranto correu o rosto
E me fiz de forte sem perceber que muito fingi*

Envelheci...

*Quando notei que outros nasceram e não vi
que outros morreram e não vi
que outros nem se importaram e não vivi
E eu?*

Hoje eu envelheci

*E nada me faz mais feliz porque descobri
Que não há nada mais sublime que envelhecer
Porque eu aprendi, me conheci, cresci
No passar dos dias aprendendo a viver.*

Daniela Martins Lima

(educadora física com formação em gerontologia)